

# Benefícios regulatórios para a Indústria do Tabaco

---



ausência de regulamentações, reduções  
fiscais, revogação de normas e atrasos na  
aprovação regulatória

É fundamental dedicar **uma seção específica** para os benefícios regulatórios que favorecem a Indústria do Tabaco (IT) na Região das Américas, uma vez que tais práticas bloqueiam o cumprimento da CQCT da OMS e impedem a proteção efetiva da saúde pública.

Embora esses privilégios sejam observados em âmbito global, a ampla disseminação dessas práticas na região é motivo de preocupação, pois as evidências demonstram interferência da IT nos processos legislativos e regulatórios. **Em muitos países, a IT opera em um ambiente favorável caracterizado pela ausência de regulamentações, pela redução ou eliminação de impostos, pela anulação de marcos legais existentes ou pela adoção de estratégias destinadas a atrasar a aprovação de novas normas.** Essas práticas reforçam seu poder econômico e político, ao mesmo tempo em que fragilizam as políticas de controle do tabaco.

A seguir, exemplos concretos **dos principais benefícios regulatórios observados na região:**

## Isenções fiscais e tratamento preferencial:



**Via judicial:** Na **Argentina**, empresas de porte médio do setor de tabaco têm conseguido isenção do pagamento de tributos por meio de disputas judiciais, criando um precedente arriscado que distorce o mercado e prejudica as empresas que cumprem suas obrigações fiscais.<sup>i</sup>



**Acordos de comércio internacional:** Acordos de livre comércio incluem cláusulas que concedem isenções tarifárias para produtos de tabaco importados em diversos países da região. É o caso do Panamá, onde não há indústria local e os cigarros entram livremente sem tarifas de importação, facilitando seu acesso e comercialização.<sup>ii</sup>



**Adiamento de ajustes tributários:** Alguns governos deixam de atualizar anualmente os impostos específicos sobre o tabaco, reduzindo sua eficácia como ferramenta de desestímulo ao consumo, especialmente em contextos inflacionários. No **Paraguai**, por exemplo, foi rejeitado um projeto de lei que buscava aumentar em 2% o imposto seletivo sobre o tabaco.<sup>iii</sup>



**Isenções para pequenos produtores:** No **Uruguai**, foram concedidas isenções fiscais a pequenos produtores familiares, medida frequentemente explorada pela IT para legitimar sua presença e desviar a atenção dos riscos à saúde.<sup>iv</sup>

## Eliminação ou redução de impostos

- Em vários países, impostos sobre produtos de tabaco, incluindo o imposto mínimo obrigatório, foram eliminados ou reduzidos, beneficiando diretamente as grandes empresas do setor ao permitir que mantenham preços baixos e competitivos. Na **Argentina**, por exemplo, o imposto mínimo sobre cigarros foi eliminado.<sup>v</sup>
- A IT também **busca isenções** apresentando-se como promotora de projetos sociais ou culturais, criando uma narrativa de responsabilidade social corporativa que, na prática, funciona como escudo para evitar cargas tributárias. Na **Colômbia**, a IT pode obter deduções fiscais ao realizar doações para organizações sem fins lucrativos reconhecidas oficialmente pelo governo
- Em certos países, **têm sido propostos sistemas tributários diferenciados** conforme o tipo de produto, estratégia que reduz a carga para produtos “artesaniais” ou alternativos, facilitando sua entrada no mercado sem controles adequados. No **Brasil**, a IT realizou diversas tentativas de diferenciar tributos sobre produtos fumígenos, como charutos e produtos artesanais.<sup>vii</sup>
- No **Paraguai**<sup>viii</sup> **propostas de aumento de impostos sobre o tabaco foram repetidamente rejeitadas**, demonstrando a influência política e o lobby exercido pela IT no Legislativo. De forma semelhante, na **Colômbia**, a pressão da IT tem bloqueado todas as iniciativas para elevar os tributos sobre produtos de tabaco.<sup>ix</sup>

## Cancelamento, ausência ou atrasos na regulamentação

**As medidas regulatórias são fragilizadas pela existência de lacunas normativas em muitos países**, pela falta de sanções ou por tentativas de promover reformas regressivas, especialmente em matéria fiscal e de publicidade. Na República **Dominicana**<sup>x</sup>, propostas de reforma tributária que afetariam o setor foram inicialmente apresentadas e, posteriormente, retiradas sem justificativas claras. As políticas de imposto seletivo favorecem os produtos de tabaco aquecido e preveem isenções para cigarros eletrônicos.

Foram **observados atrasos significativos na aprovação de legislações essenciais de controle do tabaco**. Entre as medidas mais afetadas estão:

### Embalagem padronizada

No Equador<sup>xi</sup>, as normas de tabaco que determinariam a adoção de embalagens padronizadas não são atualizadas desde 2011.

### Proibição de aditivos e flavorizantes

Esses produtos, particularmente atraentes para jovens, continuam no mercado devido a atrasos regulatórios. Na **Jamaica**, críticas foram dirigidas ao fácil acesso de jovens a produtos de tabaco, especialmente aos cigarros eletrônicos, o que levou o Ministro da Saúde e Bem-Estar a enfatizar a urgência da plena implementação da legislação. No entanto, houve um atraso que parece favorecer a indústria do tabaco<sup>xii</sup>.

## Proibição de exposição de produtos nos pontos de venda

Estratégia fundamental para reduzir compras impulsivas. Em **Honduras**, em 2024, o Congresso debateu pela primeira vez em anos uma proposta de reforma da Lei de Controle do Tabaco, que buscava proibir a venda de cigarros eletrônicos devido aos riscos e à falta de regulação. Embora o debate não tenha avançado, estabeleceu um precedente e demonstrou que o Congresso pode promover reformas mesmo sem diretrizes claras do Executivo<sup>xiii</sup>.

## Concessões permissivas para dispositivos eletrônicos (Cigarro eletrônico/produto de tabaco aquecido)

Em alguns países, exceções foram concedidas, como autorizar o consumo desses produtos em espaços públicos ou atrasar injustificadamente regulamentação. Na **Guatemala**<sup>xvi</sup>, embora o governo não ofereça subsídios, a ausência de políticas tributárias aplicáveis a cigarros eletrônicos e produtos aquecidos permite sua venda sem impostos e com regulação mínima, tornando-os mais acessíveis e atraentes.

Soma-se a isso a **falta de atualização das normas**, muitas desatualizadas e incapazes de contemplar novos produtos emergentes, criando lacunas jurídicas exploradas pela IT. No **Brasil**<sup>xv</sup>, a indústria atrasou políticas sanitárias por meio de estratégias legais e políticas, incluindo uma ação judicial contra a resolução da ANVISA que proíbe aditivos de aroma e sabor.

Outros **atrasos envolvem prazos prolongados para a publicação de novas disposições**, como rotulagem, o que implica demora desnecessária na adoção de medidas eficazes. Na **Bolívia**<sup>xvi</sup>, a regulamentação de implementação da Lei do Tabaco está pendente há mais de cinco anos após sua promulgação, e não há previsão de penalidades para infrações.

Em síntese, os benefícios regulatórios concedidos à Indústria do Tabaco na região constituem uma forma sistemática de interferência que compromete políticas de saúde pública. Essa tendência requer vigilância permanente e uma resposta coordenada dos Estados e da sociedade civil, livre de conflitos de interesse, para enfrentar as estratégias da indústria, fortalecer a regulação e proteger o direito à saúde das populações, especialmente dos grupos mais vulneráveis.



# Bibliografia

- i. “Primeira Edição. Os cultivadores de tabaco perdem mais de 8.000 milhões de AR por sentenças judiciais. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdf6r9zk>
- ii. Anexo 3.04 - Programa de Desgravação Tarifária. Disponível em: <https://tinyurl.com/585t6kyd>
- iii. Última Hora. Rejeitam aumento do imposto sobre o tabaco que buscava cobrir a compra de medicamentos oncológicos. [site]. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/3vfjyb6v>
- iv. Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca. Principais Impostos no Agro e Benefícios Fiscais. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/4ljlRjE>
- v. El Destape. Disputa entre fabricantes de tabaco por preços de cigarros. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3m4yc497>
- vi. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco na Colômbia. [www.globaltobaccoindex.org](http://www.globaltobaccoindex.org)
- vii. Amado, G. Senadora tenta beneficiar charutos na reforma tributária. Em: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro. 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mReF>
- viii. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Paraguai. [www.globaltobaccoindex.org](http://www.globaltobaccoindex.org)
- ix. Carolina Giraldo Botero. X (anteriormente Twitter). Disponível em: <https://tinyurl.com/4ad737sr>
- x. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco na República Dominicana. [www.globaltobaccoindex.org](http://www.globaltobaccoindex.org)
- xi. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Equador. [www.globaltobaccoindex.org](http://www.globaltobaccoindex.org)
- xii. The Jamaica Gleaner. Tufton preocupado com o apelo dos cigarros eletrônicos para crianças. 2024. Acessado em 28 de abril de 2025, em: <https://tinyurl.com/27n69c26>
- xiii. Diario Tiempo. Ausências de Luis Redondo. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4t2zb9xw>
- xiv. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco na Guatemala. [www.globaltobaccoindex.org](http://www.globaltobaccoindex.org)
- xv. “Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Brasil. [www.globaltobaccoindex.org](http://www.globaltobaccoindex.org)
- xvi. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco na Bolívia. [www.globaltobaccoindex.org](http://www.globaltobaccoindex.org)